

Forum Nacional “*Empresas, Empresários e Responsabilidade Social: os Percursos em Portugal*”

Lisboa, 4 e 5 de Fevereiro de 2010

RSE: Doçura ou travessura?

Uma breve abordagem às PME do Portugal interior

Nuno Álvares de Sá Potes Cordovil ¹

José Afonso Roberto ²

Resumo

Será que as micro, pequenas e médias empresas do Portugal interior integram voluntariamente preocupações sociais e ambientais, a par das preocupações económicas, e têm em consideração as várias partes interessadas? Compreenderão estas empresas o que é Responsabilidade Social?

Estas são questões que os autores têm vindo a colocar a si próprios, sem terem conseguido (até agora) chegar a respostas satisfatórias.

No plano meramente conceptual, poderá admitir-se que existe algum alheamento dos pequenos empresários relativamente à temática da RSE, desde logo porque (pelo menos os mais idosos) nunca tiveram acesso a formação sobre tal assunto. E ao nível da prática quotidiana, não parece haver uma grande predisposição para atender a outros valores para além dos que se prendem com a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência das suas próprias unidades económicas. A isto não serão estranhos os

¹ Mestrando do Curso de Gestão da Universidade de Évora (área de especialização de Contabilidade e Auditoria), nunopcordov@gmail.com

² Professor Auxiliar do Departamento de Gestão da Universidade de Évora, jroberto@uevora.pt

usos e costumes transmitidos ao longo de gerações, os quais não parecem ter sido culturalmente marcados por uma perspectiva de sustentabilidade global e partilhada.

A presente comunicação resulta dos trabalhos relativos à elaboração de uma dissertação do Mestrado em Gestão da Universidade de Évora, no âmbito da qual os autores realizaram uma pesquisa de natureza teórico-prática que envolveu uma aprofundada revisão de literatura e a aplicação de um inquérito a 62 PME localizadas no interior de Portugal Continental, tendo em vista a compreensão dos principais vectores da problemática associada à RSE e a auscultação daquela tão importante parcela do tecido empresarial português, a propósito de tais matérias.

Complementarmente, foi feita uma análise comparativa entre as evidências encontradas por uma autora brasileira (que investigou uma determinada amostra de pequenas empresas do seu país) e as inferências que foi possível realizar a partir do estudo empírico aqui levado a efeito.

Palavras-chave

auto-formação; *benchmarking*; RSE; *stakeholder*; sustentabilidade.

1. Introdução

Em Portugal parece existir um significativo desconhecimento das problemáticas relativas à Responsabilidade Social, designadamente entre a comunidade dos pequenos empresários. Será mesmo assim? E se for, que razões estarão na origem dessa ignorância? Tratar-se-á de mera falha na divulgação do conceito e dos princípios essenciais que lhe subjazem?

Numa tentativa de encontrar respostas para estas questões, considerou-se importante avaliar a consciencialização de uma amostra de pequenos e médios empresários para com a Responsabilidade Social, usando um inquérito já validado pelo Instituto Ethos (Brasil), o qual incorpora uma vasta bateria de indicadores. Em concreto, estabeleceram-se os seguintes objectivos:

- perceber o posicionamento dos pequenos empresários do interior, relativamente a cada um dos três pilares do desenvolvimento sustentável (económico, social e ambiental);

- identificar eventuais factores de diferenciação, no que diz respeito ao modo como as PME encaram as problemáticas da RSE;
- promover, através do contacto directo com os responsáveis dessas pequenas ou médias unidades económicas uma maior sensibilização para os problemas da sustentabilidade a longo prazo;
- avaliar a necessidade de formação dos diversos parceiros sociais que integram as redes de relações das empresas inquiridas.

2. Revisão de literatura

No decurso da pesquisa foram consultadas muitas fontes impressas e várias páginas digitais como:

- **Ethos**, no Brasil: “Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas Passo a Passo”,
http://www.ethos.org.br/Uniethos/Documents/responsabilidade_micro_empresas_passo.pdf, acedida em Jun2008;
- **Delloite**, em Portugal: “O Desafio do Desenvolvimento Sustentável nas Empresas Portuguesas”, estudo segundo metodologia internacional de inquéritos, <http://www.bcsdportugal.org/files/100.pdf>, acedida em Jun2008;
- **KPMG**, em todo o mundo, mas através de várias páginas portuguesas:
<http://www.aneop.pt/docs/KPMG%20-%20Resultados%20Inquerito%20.pdf> ,
acedida em Jun2008;
- **IAPMEI**, em Portugal, no que se refere ao seminário final da 2ª fase do projecto “Ser PME Responsável”, enquadrado na iniciativa comunitária *EQUAL*.³

Tentou-se também aceder à ISO 26000, por ser bastante actual e virada para as pequenas organizações, mas nem esta nem a Norma Portuguesa 4469 (sua adaptação para Portugal pela Comissão Técnica 164 – Responsabilidade Social) são de livre acesso, o que se lamenta.

³ Adaptado do questionário de sensibilização "Empresas Responsáveis", desenvolvido pela Campanha Pan Europeia de sensibilização para a responsabilidade social das empresas, iniciativa da Direcção Geral da Empresa da Comissão Europeia” tem um pequeno inquérito de pré-diagnóstico.

Na sequência dessas consultas, verificou-se que a Responsabilidade Social está na ordem do dia mas parece existir uma grande diferença entre as grandes unidades económicas e as pequenas e médias empresas. Claro que é difícil tirar conclusões para as PME quando a maior parte dos estudos diz respeito às grandes organizações, mas suspeita-se que os pequenos empresários imitariam os grandes se tivessem conhecimentos e possibilidades financeiras para lá chegar.

Aliás, ao longo do estudo constatou-se existir uma certa indiferença no seio de algumas pequenas e médias empresas quanto aos temas de RSO, a qual era justificada tanto pela situação de crise generalizada que se está a viver como também por simples desconhecimento da existência de formas viáveis de abordagem ao tema.

Dominique Be, num Seminário promovido pelo IDICT em 2003, refere que “há empresas que não têm ainda a percepção do interesse da adopção destas práticas [Responsabilidade Social]”. Segundo ele, esta adopção não pode ser encarada como “filantropia ou caridade pública”, mas antes pelo contrário como um “instrumento de boa gestão”. No mesmo sentido se pronunciava José Carlos Zorrinho, no mesmo Seminário, ao afirmar que a “RS das organizações... constitui uma ferramenta de *soft management*” necessária às empresas que pretendam ser de “sucesso”.

No Relatório da Comissão Europeia sobre as Pequenas e Médias Empresas, citado por José Neves⁴, menciona-se que muitas organizações não adoptam este processo por “falta de sensibilidade ou desconhecimento da problemática, escassez de recursos e ausência de ligação com as actividades da empresa”.

Arménio Rego, José Moreira e Cláudia Sarrico, no seu livro “Gestão Ética e Responsabilidade Social das Empresas”, abordam este tema ao analisar as melhores empresas para se trabalhar em Portugal, fazendo um paralelismo com outro trabalho semelhante da *Forética*, em Espanha. Claro que nestes estudos “as melhores” se confundem muitas vezes com “as maiores”, deixando para trás “as menores”, as PME. De qualquer modo, a este respeito colocam-se algumas questões muito interessantes ligadas às particularidades de cada empresa, à especificidade das organizações perante a diversidade cultural da sua mão-de-obra e, principalmente, à consciencialização de que os mecanismos de certificação ambiental podem ser para elas [PME] especialmente dispendiosos.

⁴ José Neves, Professor do ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Observatório das PME europeias, 2002, nº 4.

Raquel Flores também se pronuncia no sentido de que a ciência de Gestão “contribui neste contexto apresentando ferramentas que possibilitam o desenvolvimento destas acções” (http://www.fucape.br/premio/melhores_2008/127.pdf, acedido em Mar2009).

A RSE Portugal tem efectuado alguma formação neste sentido, pretendendo criar “Facilitadores para a RSE”, mas acontece que essas acções têm ficado confinadas aos grandes centros urbanos, daí resultando que essa rede de facilitadores só muito lentamente irá cobrir todo o país.

Sendo a Responsabilidade Social um problema de gestão actual, ele não é novo, e já foi assinalado sob várias perspectivas. Verificando que se trata de um ramo da Ética que está a brotar, optou-se por procurar algumas raízes principais que não podem ser ignoradas. É que o gestor, o tecnocrata, ou o pensador, não se podem divorciar da sua face humana, cultural ou religiosa que lhes determinam uma visão muito particular dos problemas do mundo.

A questão coloca-se, em primeiro lugar, no reconhecimento da relação entre a empresa e aqueles que afectam a sua actividade ou são afectados por ela; em segundo lugar, em compreender se a empresa deve distinguir o interesse directo dos accionistas daqueles que importam aos restantes *stakeholders*, entrando aqui nas análises de Friedman e de Schultz, como refere Sampaio e Mello (2008); em terceiro lugar, em verificar e certificar que essa relação não se esgota no marketing social, para consumo dos clientes (e possivelmente de alguns accionistas mais escrupulosos), mas tem em conta toda uma pegada ambiental, como tão bem retrata o filme “O Fiel Jardineiro” (<http://www.theconstantgardener.com/>), realizado por Fernando Meirelles em 2005, baseado na obra de John Le Carré publicada em 2001.

Ao abordarem as interacções entre a organização e os seus vários *stakeholders*, Roberto e Serrano (2006) questionam os diversos modos como as mesmas poderão ser geridas e perguntam a propósito: “Terão as organizações, em geral, consciência disso? E, em particular, as «entidades não vocacionadas para o lucro» sentirão a necessidade de gerir o processo de integração dos vários interesses em jogo, de forma harmoniosa e sustentável?” Esta é, evidentemente, uma questão que também abrange o universo das PME.

O Direito Natural em Portugal está mais ou menos alicerçado na Bíblia. Esta não é apenas um documento religioso mas também moral. Ao considerar as fontes da Responsabilidade Social, não se podem esquecer os normativos de carácter moral ali

descritos, muitas vezes em forma de histórias de vida, como um dos alicerces ou fundamento longínquo desta Responsabilidade Social que hoje em dia se quer formatar quase como uma nova disciplina científica.

Sampaio e Mello (2008) afirma que "O homem sem inspiração sobrenatural, sem um compasso moral e sem o suporte de instituições sociais que promovam o interesse público, entregue à sua condição material, tende sempre a cair no abismo". É necessário que os homens importantes e com influência percebam isto e promovam a formação da responsabilidade social de um modo voluntário e não como mais uma obrigação. Para uma pessoa que na sua vida profissional não tenha vergonha de testemunhar a moral baseada na fé, isto será muito mais fácil, pois os seus objectivos não são de curto prazo ou meramente temporais mas sim de vida eterna. Só um homem de fé poderá dizer: "Saí nu do ventre da minha mãe e nu voltarei para ele. O Senhor mo deu, o Senhor mo tirou; bendito seja o nome do Senhor"! (Job 1,21).

Atendendo à palavra da Igreja Católica durante mais de cem anos, começando (se convier um marco) com a encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, em 1891, poder-se-á dizer que a Responsabilidade Social não é uma novidade dos últimos dez ou vinte anos.

Embora já S. Tomás de Aquino tenha analisado os problemas da economia, foi o Papa Leão XIII a chamar a atenção para eles, de um modo mais formal, ao tomar consciência das desordens sociais que se adivinhavam com a exploração da classe operária pelo capitalismo em ascensão desde a revolução industrial. Leão XIII indica que a Igreja possui o remédio essencial para as desordens sociais e para a miséria de uma classe social a que os dirigentes políticos da época a conduziam e reivindica o estatuto de "a maior de todas as educadoras dos povos", ao sentir que as suas advertências são tomadas em consideração por largas camadas sociais.

Mas não se limitou a doutrina social da Igreja às encíclicas e ensinamentos pontifícios. Durante estes 120 anos que nos separam do primeiro documento, as escolas católicas têm sentido a necessidade de estudar e explicar os problemas sociais, e do mesmo modo se deve referir o trabalho dos 'Círculos Católicos de Operários', em França⁵, da Acção Católica nas diversas vertentes – Ligas e Juventudes Agrária, Escolar, Independente,

⁵ Fundados por Maurice Maignen. Mons. Ketteler, na Alemanha, o marquês La Tour du Pin e o conde Alberto de Mun, em França, Giuseppe Toniolo, em Itália, o P. Pottier e Mons Doutreloux, na Bélgica, e Mons. Mermillod, na Suíça, são alguns dos estudiosos destes assuntos no final do sec XIX e início do XX. Calvez e Perrin (1960)

Operária e Universitária. Foram estes leigos conscientes que, nos seus ambientes de trabalho, ensaiaram e verificaram propostas, alertaram para os problemas e serviram de suporte aos ensinamentos do magistério.

Mas o actual papa, na Encíclica “*Caritas in veritate*”, (2009, n.39), considera que não se trata de uma complementaridade em que os actores são diferentes em espaços diferentes e momentos diferentes mas que no mesmo mercado devem participar empresas privadas, públicas ou mutualistas em igualdade de oportunidade. É que, enquanto na altura da *Rerum novarum* (1891) a redistribuição do Estado era uma ideia inovadora, aponta-se agora para a necessidade de cada empresa ter parcerias estratégicas neste campo, englobando localmente *stakeholders* existentes nas comunidades em que operam, posto que, se outrora a empresa produzia lucro que o Estado taxava e redistribuía, neste momento, com a globalização, a empresa pode apresentar os lucros num país diferente daquele em que opera e onde estão os tais *stakeholders* comunitários e acrescenta que “o binómio exclusivo mercado-Estado corrói a sociabilidade, enquanto as formas económicas solidárias (que encontram o seu melhor terreno na sociedade civil sem contudo se reduzirem a ela) criam sociabilidade”.

Bento XVI (op. cit.) aponta, no §40, para novas modalidades na vida empresarial, com obrigações não só para com os *shareholders*, muitas vezes apenas ligados por laços ténues, temporários e impessoais, mas também para com outros *stakeholders*, pois “a chamada deslocalização da actividade produtiva pode atenuar no empresário o sentido de responsabilidade para com alguns dos principais interessados, como os trabalhadores, os fornecedores, os consumidores, o ambiente natural e a sociedade circundante mais ampla, em benefício dos accionistas, que não estão ligados a um espaço específico, gozando por isso de uma extraordinária mobilidade”. Constatando que está a aumentar a consciência de responsabilidade social, alerta para o facto de muitas grandes empresas terem o seu capital na mão de Fundos de Investimento, anónimos e impessoais, perante os quais os gestores estabelecem as suas próprias remunerações, mesmo que para tanto distorçam os rácios económico-financeiros, embora alguns já analisem as relações entre a empresa e os territórios abrangidos pela sua área de influência. O Sumo Pontífice alerta ainda para o perigo da especulação e o desejo de um lucro fácil e rápido sem atender aos interesses de populações indefesas, e aponta o escândalo da corrupção e das ilegalidades, designadamente em economias mais pobres mas em que há responsáveis a todos os níveis: “As ajudas internacionais foram

muitas vezes desviadas das suas finalidades, por irresponsabilidades que se escondem tanto na cadeia dos sujeitos doadores como na dos beneficiários”(op. cit., n. 22).

Porque os documentos da Doutrina Social da Igreja são, infelizmente, bastante desconhecidos para muitos empresários e talvez também para outras pessoas interessadas na Responsabilidade Social, fica em anexo, para quem tiver interesse, a listagem dos seus principais documentos.

3. Estudo empírico

3.1. Enquadramento

Neste trabalho procura-se conhecer e analisar como é que as PME do interior agem perante problemas de responsabilidade social nos seus três pilares – económico, social e ambiental, e verificar quais os factores que consideram importantes ao tomarem decisões neste aspecto, tomando em comparação uma amostra de micro e pequenas empresas brasileiras do Estado de Santa Catarina, sobre a qual foi realizado um estudo semelhante (Flores, 2008). Para o efeito, adoptou-se o método hipotético-dedutivo, na tentativa de corroborar (ou não) os resultados apurados nesse estudo.

O pressuposto geral de que se parte é que há um certo desinteresse por parte dos pequenos empresários em se debruçarem sobre a problemática da RSO, mas que esse desinteresse desaparece quando se lhes explica as vantagens económicas, sociais e ambientais. Este ponto de partida justifica-se com base em pesquisas anteriores (designadamente a de Flores, já referida) mas também na sensibilidade pessoal dos autores.

No seu conjunto, e em paralelo com a consolidação da revisão de literatura, a componente empírica deste trabalho de investigação envolveu as seguintes fases:

- a) Afinação das hipóteses de partida, tendo em vista uma tentativa de comparação entre as realidades portuguesa e brasileira, nesta matéria;
- b) Selecção da metodologia de pesquisa e construção/adaptação do instrumento de recolha de dados.
- c) Definição da população e da amostra a inquirir. Dadas as dificuldades colocadas pelas associações corporativas na cedência dos dados referentes aos respectivos associados, acabou por se optar por uma amostra de conveniência, resultante de

contactos pessoais e directos levados a cabo junto dos responsáveis de empresas que para isso se mostraram disponíveis. Conseguiu-se recolher um conjunto de 62 questionários validamente preenchidos o que, nestas circunstâncias, pode considerar-se aceitável para os fins em vista. Por outro lado, não foi possível encontrar empresários interessados em partilhar informações em rede, o que é lamentável. Acredita-se que numa posterior fase de formação este obstáculo seja ultrapassado.

3.2. Principais opções metodológicas

No plano metodológico, caracteriza-se esta pesquisa como:

- Aplicada – através do questionário;
- Descritiva – tentando anotar o ‘sentido’ em que as empresas respondem;
- De campo – recolhendo os dados onde são produzidos; e
- Por levantamento – por utilizar inquérito.

A pesquisa bibliográfica foi sendo efectuada ao longo de todo o processo para acompanhar a evolução do estado da arte, principalmente a nível do processamento e divulgação de informação por parte do Instituto *Ethos* no Brasil e do processo de elaboração da norma *ISO 26000*.

A abordagem adoptada para a pesquisa é de natureza essencialmente quantitativa, suportada em medidas estatísticas.

3.3. Recolha e tratamento dos dados

Para recolher os dados junto das entidades objecto de estudo, aproveitou-se uma bateria de questões idealizadas pelo *Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social* e pelo *Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)*.

O Inquérito “Indicadores Ethos-Sebrae de Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas – 2007”, com ajustamentos periódicos, vem sendo aplicado pelo Instituto Ethos do Brasil, com bastante sucesso.

O uso do inquérito foi expressamente autorizado pelo Instituto Ethos, na sequência de um pedido formal que para o efeito lhe foi endereçado. Na sua versão mais actual (2009), o mesmo pode ser acedido em:

http://www.ethos.org.br/Uniethos/documents/IndicadoresEthos-Sebrae_2009_port.pdf.

O questionário, formado por 36 questões abertas e várias questões fechadas, ligadas a cada uma das abertas, foi entregue a cada entidade com o pedido de ser respondido com a participação de algum parceiro social.

Os Indicadores Ethos-Sebrae abarcam os seguintes sete temas:

Valores, Transparência e Governança, com cinco questões, onde se aprofundam os conceitos de valores e princípios éticos, pontos nucleares da vida empresarial, e se verifica a clareza da sua missão. Lembra Flores (2008) que o entendimento da responsabilidade social por parte da empresa parte desta compreensão de que a sua acção “deve buscar trazer benefícios para os parceiros e para o meio ambiente e trazer retorno para os investidos”;

Público Interno, com oito questões, clarificando que não basta corresponder à legislação laboral mas é necessário avançar com a implementação de apoio à formação e promoção dos colaboradores, sem esquecer a unidade pessoa/trabalhador;

Meio Ambiente, com três questões, transparecendo uma acção pedagógica quanto à utilização dos meios, não só pela empresa mas também pelos seus próprios parceiros, quanto aos impactos directos no meio ambiente pela utilização mas também os impactos indirectos destacando o ciclo de vida dos diversos tipos de bens;

Fornecedores, com quatro questões, em que se propõe uma função pedagógica por parte da empresa junto dos seus parceiros para que toda a cadeia de valor seja ‘limpa’ quanto à responsabilidade social;

Consumidores e Clientes, com cinco questões, focando a necessidade de que a empresa forneça bens e serviços baseados nos interesses e necessidades dos seus parceiros, garantindo uma assistência pós-venda e um marketing transparente;

Comunidade, com sete questões, onde é desenvolvida a ideia de que a empresa deve ser um agente activo no desenvolvimento da comunidade em que está

envolvida, não apenas pelo retorno que pode trazer-lhe em termos de viabilidade económico financeira mas também no bem-estar dos seus colaboradores e como compensação pelas possíveis externalidades que possa provocar;

Governo e Sociedade, com quatro questões, em que, no dizer de Flores (2008), “programas de consciencialização para a cidadania e importância do voto para o seu público interno e comunidade de entorno são um grande passo para que a empresa possa alcançar um papel de liderança na discussão de temas como participação popular e corrupção”. Este é, sem dúvida, um tema importante numa sociedade em que todos criticam mas poucos fazem.

Obtida a autorização para o utilizar em Portugal, para fins académicos, apresentou-se o dilema da sua utilização imediata, na versão original, ou numa adaptação com a ‘tradução’ de algumas palavras faladas no Brasil e não aqui. Vingou a primeira hipótese com a criação de um pequeno glossário de termos pouco usados em Portugal, o qual talvez tenha sido insuficiente para a interpretação de alguma das questões.

De qualquer modo, é de crer que a realidade portuguesa não é tão díspar da brasileira, no que se refere aos problemas socioeconómicos, como se poderia imaginar. Talvez no Brasil as empresas estejam mais despertas para o tema da responsabilidade social e utilizem os serviços do Instituto *Ethos* como uma ferramenta de gestão e por cá ainda considerem este inquérito quase uma intromissão. No entanto, fica a convicção de que, com formação adequada aos quadros empresariais, estes verão o benefício desta análise, tanto em termos globais como em cada caso particular, apercebendo-se de facto da sua responsabilidade social para com os vários parceiros.

4. Análise de dados

4.1. Contextualização global

No decurso do trabalho de campo, constatou-se a recusa peremptória a responder por parte de algumas empresas. Por outro lado, devem colocar-se algumas reservas acerca da qualidade dos dados recolhidos porque os questionários não terão sido respondidos por um grupo de trabalho englobando vários parceiros sociais (como se pedia) mas, em regra, só por um respondente, designadamente o responsável da empresa:

- Em primeiro lugar deve-se referir que algumas respostas dadas como “NA – não aplicável”, foram tratadas como “Não”. Ficou a ideia de que, quando a pergunta não interessa muito, há tendência para dar esta resposta porque não coloca tantos problemas de consciência... Em todo o caso, aceitou-se, por exemplo, que uma empresa sem trabalhadores (apenas sócios) poderá tratar como “NA – não aplicável”, questões referentes a empregados. Mas há outras questões em que se torna evidente o “Não” camuflado em “NA”. Já Flores (2008) referiu a necessidade de filtrar algumas respostas, adaptando um quadro de Bernardes (2006). No entanto não se considera este critério a 100% por não se ter participado directamente no preenchimento das respostas e se desconhecer, portanto, a realidade concreta de cada caso. Essa filtragem baseava-se “na percepção da pesquisadora em relação aos comentários informais dos entrevistados” e apenas considerava “Sim” as respostas em que era explicado adequadamente como o indicador é aplicado; caso contrário esses “Sim” eram considerados “Não”.
- A questão 1 – Compromissos éticos, não admite “NA” pois a empresa ou tem um documento escrito ou não tem; e o mesmo se passa com, entre outras, a questão 3 - Práticas anti-corrupção, que indica se há relacionamento ético e transparente com o governo, ou não (admitir “caixa dois” e sonegar documentos da contabilidade), ou a questão 4 – Balanço social, em que ou há informações sobre balanço social, ou não há.
- Não transparece nas respostas que as mesmas tenham sido ponderadas por vários parceiros sociais, naturalmente mais críticos do que a gerência. Dado que se trata de uma primeira aproximação ao problema talvez isso possa ser aceitável, embora deva ficar anotado para futuras pesquisas.

Apesar das reservas mencionadas, foi possível analisar as respostas obtidas e evidenciar alguns resultados relevantes.

Para auxiliar o inquérito, foi criada uma pequena ficha de identificação da empresa. No entanto, ela não permite comparar alguma da informação recolhida com o estudo similar de Flores (2008). É o caso do tipo de gestão (familiar ou não), ou da função ocupada, antiguidade, idade, formação escolar e género do respondente.

Quanto ao tipo de gestão, a pesquisadora brasileira menciona que 100% das entidades por si investigadas eram empresas familiares. Não se confirma esta característica na amostra estudada em Portugal, uma vez que dela fazem parte associações, cooperativas, fundações e sociedades anónimas.

A amostra portuguesa, englobando 62 empresas, é quase quatro vezes superior à brasileira (18 respostas). Note-se que Flores (op. cit.) limitou a sua pesquisa a uma cidade do litoral Norte Catarinense, enquanto no caso presente foram inquiridas empresas em diversas regiões do país, embora a grande maioria com sede no Alentejo e no Algarve (ver Tabela 1).

Tabela 1: Distribuição das respostas por Distrito

Évora	41
Portalegre	7
Beja	2
Faro	2
Outros	10
Total	62

No que se refere aos ramos de actividade inquiridos, no Brasil as empresas componentes da amostra eram maioritariamente da área de comércio a retalho, englobando ainda empresas industriais e prestadoras de serviços, e das que enviaram os indicadores preenchidos, em Portugal, obteve-se uma distribuição bastante mais dispersa (ver Tabela 2), pois em 42 respostas válidas, neste ponto, não apareceram CAE's iguais. Mesmo apurando apenas os dois primeiros dígitos do código registado pela entidade, agruparam-se as mesmas 42 empresas em 26 códigos diferentes.

Com os dados obtidos apura-se uma distribuição dos empresários, por género, muito diferente da brasileira (ver Tabela 3). Não se pode pois tirar a ilação de Flores (op. cit.) confirmando uma pesquisa divulgada no início de 2008 pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade de que “as mulheres já compõem a maioria entre os empreendedores nacionais”. Em Portugal a tendência poderá ser para a subida das

mulheres no mundo dos negócios, mas neste estudo o resultado ainda está longe do equilíbrio brasileiro.

Tabela 2: Distribuição das respostas por Ramo da Actividade

	Brasil	Portugal
Agricultura, Pecuária		Agricultura e pecuária
Indústrias Extractivas		Minerais não metálicos
Indústrias transformadoras	Confecção de roupas Confecção de uniformes Manuseio de mármore e granitos Indústria de esquadrias	Bens alimentares Recuperação e reparação Alvenaria, transformação e serração de mármore
Comércio	Comércio de couro e calçado Roupas e artigos desportivos Piscinas Combustíveis Camiões Artesanato Açougue Agropecuária Mercearia Panificadora	Comércio de calçado Roupas Pedras Produtos agrícolas Drogaria Papellaria e fotocópias
Serviços	Lanchonete Petshop	Transportes Restauração Divertimento Contabilidade Mediação imobiliária Ginásio
Entidades não lucrativas		Casa de repouso Associação de tempos livres ⁶

⁶ Igualmente se recebeu a resposta de um município, que não foi integrado no estudo por não se poder considerar uma PME, com cerca de 1000 trabalhadores.

Tabela 3: Distribuição dos responsáveis da empresa, por género

	Brasil	Portugal
Homens	10 (56%)	44 (71%)
Mulheres	8 (44%)	8 (13%)
Sem resposta		10 (16%)

Infelizmente quase um quarto da amostra portuguesa – 18 inquéritos - não trazem as respostas às primeiras nove questões, onde se faz uma pequena triagem dos conhecimentos sobre a Responsabilidade Social e provoca uma salutar reflexão sobre o tema. Foi efectuado novo pedido a estes respondentes para solucionarem esta falha mas sem grande resultado prático. Das respostas válidas apraz inferir que existe uma sensibilização para o problema (ver Tabela 4).

Tabela 4: Respostas obtidas na questão 1 sobre a RSE

É o primeiro contacto com o tema	6
Tem poucos conhecimentos	11
Busca ampliar os conhecimentos	27
Não respondeu	18
Total	62

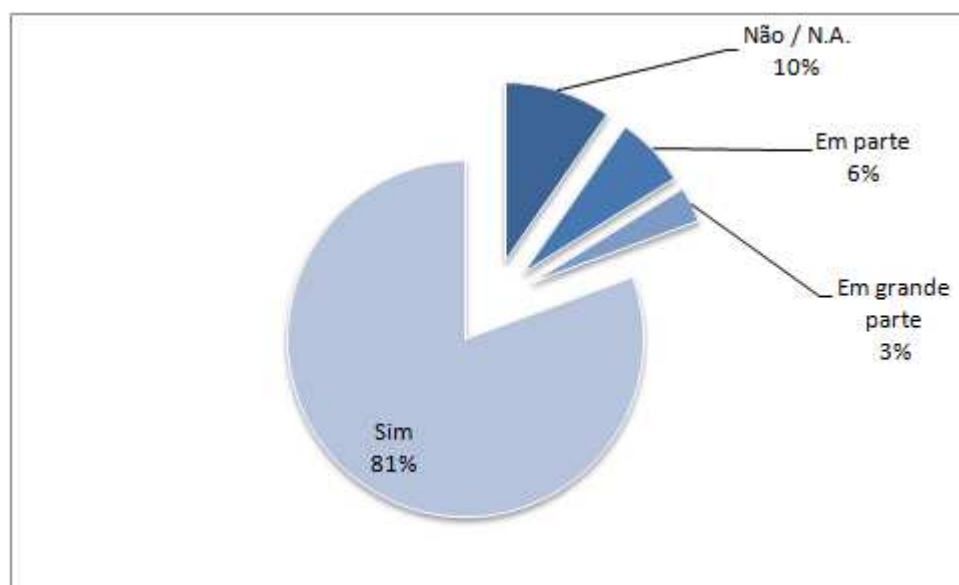
Como já se referiu, na análise dos dados não foi seguido o procedimento de Flores (op. cit.) de transformar respostas afirmativas em negativas, sempre que o respondente não “explica adequadamente como o indicador é aplicado”. De facto, é a primeira vez que se aplica em Portugal esta bateria de indicadores, pelo que são aceites as respostas dadas pelos inquiridos, com a ressalva de a resposta “NA – não aplicável” ser transformada em “Não” quando se percebe que a rubrica em apreço não é efectivamente tida em conta. De qualquer modo, procura-se acompanhar o estudo brasileiro, embora não se sigam sempre critérios idênticos. A investigadora brasileira aceita como empresa socialmente responsável aquela que responde “afirmativamente a pelo menos uma das questões do questionário, advindas de qualquer um dos sete temas/indicadores Ethos-

Sebrae”, mas impõe uma segunda condição: “saber justificar a sua resposta de acordo com a pergunta formulada”, a qual, no caso da amostra portuguesa, não foi possível aplicar. Deve reconhecer-se que esse facto empresta alguma fragilidade à análise comparativa que se pretende levar a cabo.

4.2. Alguns traços mais marcantes

Relativamente aos indicadores de desempenho referentes ao tema **Valores, Transparência e Governança**, denota-se uma significativa percentagem de desconhecimento da parte dos respondentes, ficando assim minorizada a importância de um documento referindo a Visão e a Missão da empresa. Ainda assim, fica manifesta uma forte consciência anti-suborno (ver Figura 1). Esta questão da Visão e da Missão da empresa é de suma relevância para o Instituto *Ethos* e para a *Sebrae* que, em “Responsabilidade Social Empresarial para Micro e pequenas Empresas – Passo a Passo”, ensina como criar e divulgar uma declaração de missão, identificando as metas e aspirações a que se pretende chegar, bem como aponta algumas estratégias a utilizar para esse fim, não esquecendo nunca que um documento destes exige o envolvimento dos vários parceiros sociais, pois são eles que mostram os pontos em que melhor se deve esmiuçar esta declaração.

Figura 1: Práticas anti-suborno: *Há proibição de dar/receber valores irregulares?*



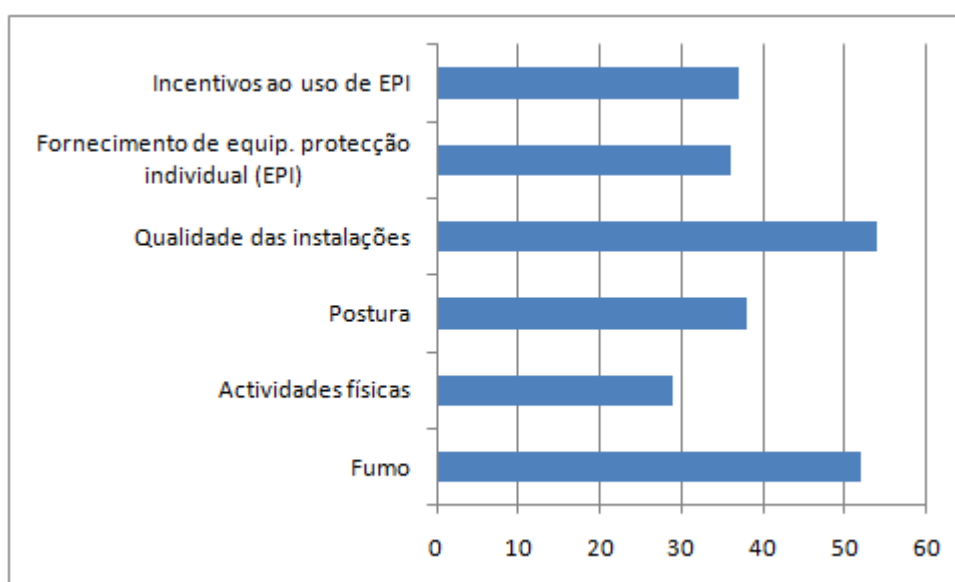
No que se refere à questão 4 – Balanço social, tiram-se algumas ilações imediatas: mais de metade da amostra desconhece esta ferramenta e, por algumas respostas, depreende-

se que alguns fazem confusão com o balanço contabilístico pelo que o “Sim” ganha significado na consciencialização, pois não se acredita em algo desconhecido e não se elabora o que se desconhece, o que é confirmado pela não divulgação significativa.

Considerando os indicadores referentes ao **Público Interno**, veja-se a preocupação com o tema “Cuidados com saúde, segurança e condições de trabalho”, com uma boa *performance*, principalmente no que se refere ao fumo (80%) e qualidade das instalações (90%), mas com resultados mais frágeis no que se refere aos restantes pontos (ver Figura 2).

Figura 2: Cuidados com a Saúde, Segurança e Condições de Trabalho.

Ultrapassa as obrigações legais? (Número de respostas “Sim”)



Quanto aos indicadores sobre o **Meio Ambiente**, Flores (op. cit.) refere que 89% da amostra brasileira demonstra uma boa prática para a melhoria do meio ambiente. Embora a maioria das respostas portuguesas (37% “Sim”, 10% “Em grande parte” e 24% “Em parte”) sejam positivas na “Gestão e produção de relatórios para medição dos impactos”, o que é facto é que existem ainda 29% que não “Conhece, entende e avalia os impactos da sua actividade”.

A questão “Compromissos ambientais” apresenta uma forte frequência de respostas inválidas. Por lapso de natureza gráfica, esta questão só foi anexada posteriormente à distribuição inicial dos inquéritos, pelo que se compreende este resultado. Assim, devem ser descontadas as empresas que não responderam à questão; e, desse modo, o conjunto das respostas ‘Em grande parte’ e ‘Sim’ ganha um peso de 71% (ver Tabela 5).

Tabela 5: Comprometimento com a melhoria da qualidade ambiental

	N.º de respostas	% (incluindo as sem resposta)	% (excluindo as sem resposta)
Sem resposta	14	22,5	---
Não	1	1,6	2,0
Não aplicável	1	1,6	2,0
Em parte	12	19,4	25,0
Em grande parte	11	17,7	23,1
Sim	23	37,0	47,9
Total	62	100,0	100,0

No que toca à questão “Educação e consciencialização ambiental” verifica-se uma grande percentagem de “Não”, muitos deles forçados na introdução dos dados pois nalguns casos a resposta era “NA”. Ora a pergunta é clara: *A empresa faz isso?* (Promove a educação ambiental junto dos empregados e familiares?). 44% diz não o fazer e apenas 24% (15 respostas) referem fazê-lo. Destas 15 afirmativas, quatro não promovem campanhas para redução de consumo de água e energia, para reciclagem de materiais, para descarte de resíduos tóxicos, nem incentivam transporte solidário.

O tema **Fornecedores** é de certo modo tabu pois que, compreensivelmente, se as empresas mostram ter poucas informações sobre esta matéria, não compreendem a responsabilidade que têm em exigir essas mesmas habilitações aos seus fornecedores. Alguns “Não” contabilizados englobam respostas dadas como “NA”. No Brasil apurou-se a seguinte informação: 33% dos entrevistados afirmaram só contratar ou estabelecer parcerias com empresas cumpridoras da lei, contra 11% que não segue estes princípios, e 56% diz desconhecer o procedimento dos terceiros. Em Portugal não se verifica uma muito maior desvinculação das empresas perante o modo como os seus fornecedores são socialmente responsáveis. Apenas 30,7% têm esta atenção, meramente passiva. Mas quanto à verificação das condições dos fornecedores para com os seus empregados, ou no apoio activo, essa percentagem baixa para cerca de 15%. É compreensível que estas pequenas, médias e micro empresas não cheguem a preocupar-se com a *performance*

dos fornecedores, uma vez que nem se aperceberam ainda da importância de se preocuparem com a sua própria posição perante este problema.

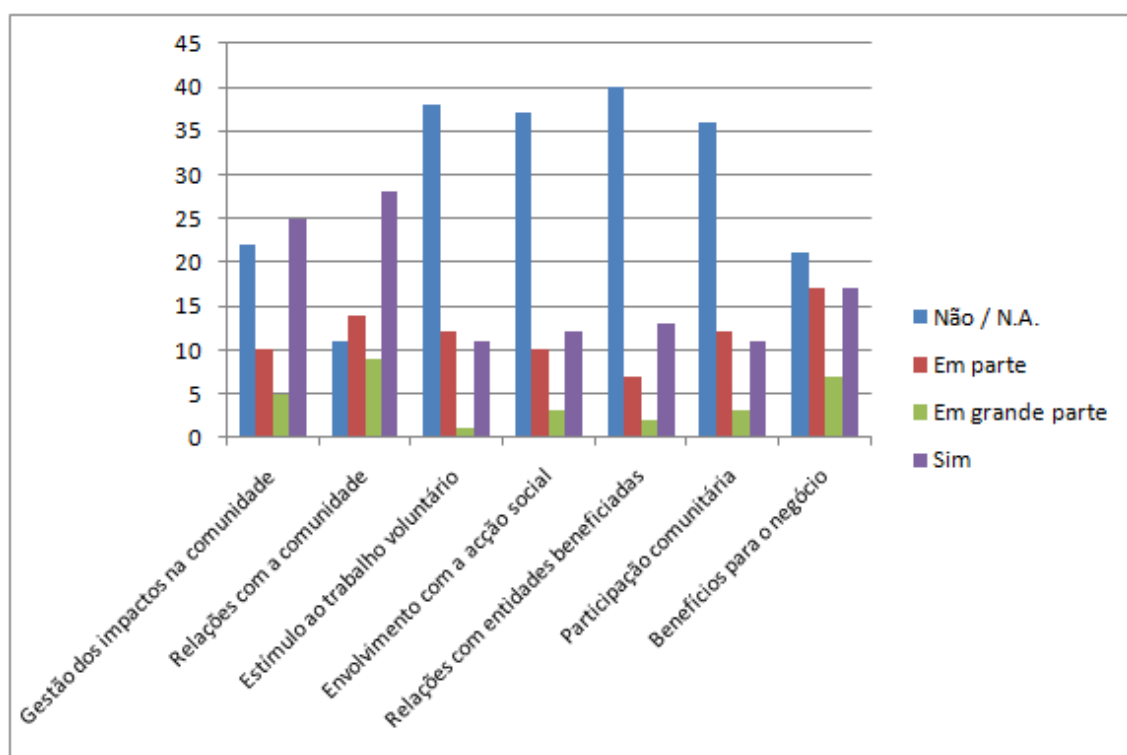
Na área de **Consumidores e clientes** também se notam algumas diferenças entre os resultados brasileiros e portugueses. Aqui são avaliados os comportamentos da empresa perante os seus clientes. Se estes parceiros participassem no inquérito, poderia dar-se mais crédito ao valor das respostas. No entanto a leitura das réplicas recolhidas mostra como é muito fraco o nível de conhecimento e gestão dos danos potenciais dos produtos e serviços fornecidos – em Portugal apenas 34% dos inquiridos responde afirmativamente, contra 100% da consciencialização brasileira, embora Flores (op. cit.) salvasse que “quando o produto oferecido é fornecido por grandes organizações, esta publicidade já é realizada por elas, mas o empresário da MPE garante toda a assistência e o contacto com o fornecedor na defesa do consumidor”.

No que toca às relações com a **Comunidade**, a resposta brasileira é um pleno. Segundo Flores (op. cit.), a totalidade da amostra (100%) afirmou participar na comunidade, sendo que as formas de participação citadas foram:

- a) auxílio a instituições de caridade;
- b) participação activa em órgão de apoio aos empresários, com envolvimento em decisões de melhorias para a comunidade;
- c) participação em associações que incentivam desportos em comunidades carentes, actuando como instrutores;
- d) trabalhos com menores, aprendizes em diversas profissões;
- e) actuação em creches e igrejas;
- f) participação em ONG;
- g) actuação em associação de moradores.

Já os empresários portugueses foram mais comedidos pois 17,7% refere “Não” e 22,6% indica que o faz “Em parte” pelo que apenas 40% dá resposta positiva. No entanto, o estímulo ao trabalho voluntário e o envolvimento da empresa com a acção social ronda apenas os 20% (ver Figura 3).

Figura 3: Comunidade



Finalmente, no que diz respeito ao tema **Governo e sociedade**, parece haver uma certa dificuldade em compreender o âmbito da questão “Envolvimento em campanhas políticas”, considerando-se muito significativa a dimensão das respostas “NA” (42%). A questão “Participação e acompanhamento das Administrações públicas” mostra à evidência – apenas 14,5% participa – a apatia das pessoas e das empresas na vida pública. Em todo o caso as respostas “Não” contêm também as “NA” pois a questão é clara. Flores (op. cit.) coloca este tema numa balança equilibrada com 50% para cada sentido de resposta, o que é semelhante à disposição dos portugueses para influenciar. Curiosamente, para ‘trabalhar’ em melhorias já só aparecem 30% de disponibilidades.

5. Conclusões

“só se ama o que se conhece, só se conhece o que se estuda”

(Provérbio popular)

Será que as pequenas, médias e micro empresas do Portugal periférico integram voluntariamente preocupações sociais e ambientais, a par das preocupações económicas,

e têm em consideração as várias partes interessadas? Compreenderão estas empresas o que é Responsabilidade Social?

Estas são questões que os autores têm vindo a colocar a si próprios, sem terem conseguido (até agora) chegar a respostas satisfatórias.

No plano meramente conceptual, poderá admitir-se que existe algum alheamento dos pequenos empresários relativamente à temática da RSE, desde logo porque (pelo menos os mais idosos) nunca tiveram acesso a formação sobre tal assunto. E ao nível da prática quotidiana, não parece haver uma grande predisposição para atender a outros valores para além dos que se prendem com a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência das suas próprias unidades económicas. A isto não serão estranhos os usos e costumes transmitidos ao longo de gerações, os quais não parecem ter sido culturalmente marcados por uma perspectiva de sustentabilidade global e partilhada.

Por outro lado, fica a ideia de que as respostas obtidas hoje são muito mais assertivas do que teriam sido há cinco ou dez anos atrás. Tal melhoria não se deverá tanto à mudança de mentalidade dos empresários, mas antes resultará do incremento das reivindicações de trabalhadores, de clientes e de vizinhos. Por outras palavras, é de supor que as PME estão agora mais responsabilizadas socialmente do que nunca, em virtude da pressão a que são sujeitas por parte dos seus *stakeholders*.

Claro que ainda há muito a melhorar como se regista nos parágrafos que seguem, pois muitos mais estudos terão ainda que realizar-se, até que seja possível ter uma ideia clara das relações de causa-efeito que subjazem aos comportamentos das PME em matéria de Responsabilidade Social, designadamente dando continuidade a este trabalho de investigação, a fim de obter respostas mais concretas para as questões levantadas. Nesse sentido, o inquérito do Instituto *Ethos* (que serviu de base à pesquisa realizada pelos autores), com a sua pedagógica bateria de indicadores, poderá ser repetido junto das mesmas empresas, para verificar se existiu alguma evolução comportamental; e, por outro lado, deveria ser aplicado a novas entidades, para promover o despertar que urge nesta área.

De qualquer modo, e para já, não restam dúvidas quanto à necessidade de implementar acções de formação, sensibilização e assessoria, junto dos pequenos empresários, o que poderia ser feito com vantagens óbvias através de Instituições sem fins lucrativos.

Entretanto, importa tomar consciência de alguns erros que possam ter sido cometidos no que concerne à aplicação do instrumento de recolha de dados. Por exemplo, este género de inquéritos não deverá ser respondido por um único interlocutor em cada empresa, mas sim “trabalhado” por um conjunto de “*stakeholders* imediatos”; as instruções para o preenchimento devem ser devidamente explicadas aos respondentes de modo que o seu cumprimento não seja descurado; deve sublinhar-se a ideia de que se trata de uma ferramenta de trabalho para ser discutida e para levantar ideias inovadoras, e não de um mero inquérito de situação para informação de terceiros. E, sempre que possível, o inquiridor deve actuar como moderador (dinizador) da reflexão, incutindo-lhe um carácter proactivo e mobilizador.

A responsabilidade social da empresa passa pela ética dos seus profissionais. E, por outro lado, importa que todos se sintam parte interessada na evolução da sociedade global e não apenas da empresa particular. Nesse sentido, não se pode deixar de concluir pela importância do papel da Igreja na formação de Homens com funções de relevo na vida social e empresarial.

Para já, e no que concerne especificamente aos micro, pequenos e médios empresários portugueses do interior deve sublinhar-se que, não obstante o seu insuficiente conhecimento sobre muitas das vertentes da problemática em estudo, são capazes de reflectir e agir em conformidade com os princípios gerais de responsabilidade social. Com algum apoio por parte de diversas entidades públicas e privadas – instituições de investigação e ensino superior, e outras organizações sem fins lucrativos, por exemplo – será possível alargar, progressivamente, o horizonte de aplicação da RSE, de modo a contribuir para a construção de um mundo mais justo e, desse modo, mais sustentável a longo prazo.

6. Referências bibliográficas

AA.VV. (1966). “Bíblia Sagrada”, 2ª Edição, Difusora Bíblica, Lisboa, Fátima.

AA.VV. (2003). Deloitte, em Portugal: “O Desafio do Desenvolvimento Sustentável nas Empresas Portuguesas”, <http://www.bcsdportugal.org/files/100.pdf>, acedido em Jun2008.

AA.VV. (2003). Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), “Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas – Passo a Passo”, S. Paulo, Brasil,

http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/responsabilidade_micro_empresas_passo.pdf, acessado em Jun2008.

BEJA, R. (s/ data). “Desenvolvimento Sustentável: O Imperativo Sócio-económico e o posicionamento dos Revisores oficiais de Contas”, www.ordemeconomistas.pt/xeo/attachfileu.jsp?look, acessado em Set2009.

BENTO XVI (2009). Carta Encíclica “A Caridade na Verdade”, Editorial A.O., Barcelos.

BIGIO, J. (2002). “Capital de Responsabilidade Social – mitigar a globalização”, UAL, Lisboa.

BRUNI, L. *et al.* (2000). “Economia de Comunhão – por uma cultura económica com várias dimensões”, Editora Cidade Nova, com o apoio da FEA.

CALVEZ, J.-Y. e PERRIN, J. (1960), “Igreja e Sociedade Económica”, tradução de VELOSO, A., sj. Livraria Tavares Martins.

CAMPOS, T. e RODRIGUES, S. (2003). “Performance social corporative e performance económica: algumas contribuições para o debate”, *Economia & Gestão*, Belo Horizonte, v. 2 e 3, nº 4 e 5, p. 27-43.

CARROLL, A. (1999), “Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct”, *Business & Society*, vol. 38, n.3, 268-295.

FLORES, Raquel (2008), “A responsabilidade social empresarial nas micro e pequenas empresas de uma cidade do litoral norte catarinense: Estudo para uma empresa júnior de uma universidade comunitária do sistema ACAFE”, http://www.fucape.br/premio/melhores_2008/127/pdf, acessado em Março de 2009.

GAGO, C., CARDOSO, E., CAMPOS, J., VICENTE, L. e SANTOS, M. (2005) “Responsabilidade Social das Empresas Portuguesas – 25 Casos de Referência”, Companhia das Cores.

KOLEVA, P. (2005). “La responsabilité sociale des entreprises dans les pays européens en transition: Réalité et limites”, *La Revue des Sciences de Gestion*, nº 211-212.

KPMG (2000), “Business Ethics Survey Report”, Toronto.

MOREIRA, J., REGO, A., SARRICO, C. (2003). “Gestão Ética e Responsabilidade Social das Empresas: Um estudo da situação portuguesa”, Principia, Cascais.

NEVES, J. C. (2008). “Introdução à Ética Empresarial”, Principia, Cascais.

NUNES, F. (2005). “Responsabilidade social das empresas – contributos para a construção de uma ferramenta de gestão”, *Economia e Sociologia*, nº 79.

PERNAS, G. e CAIADO, H. (2008). “Kit de Capacitação e Desenvolvimento de Competências em RSE”, RSE Portugal, ACEP, AIP-CE e SOCIUS, Iniciativa Comunitária Equal.

PROENÇA, F., SANTOS, T. *et al.* (2008), “Guia sobre Responsabilidade Social das Empresas Portuguesas em Países em Desenvolvimento”, RSE Portugal, com ACEP, AIP-CE e SOCIUS, Iniciativa Comunitária Equal.

RAMOS, A. (2006). “Ambiente e Desenvolvimento Sustentável”, *Revista da Qualidade da Ibertype*, edição nº 15, Nov/Dez.

ROBERTO, J. e SERRANO, A. (2006). “A questão do desempenho das organizações sem fins lucrativos”, *Economia e Sociologia*, nº 81.

SAMPAIO e MELLO, A. (s/ data). “A Responsabilidade Social das Empresas e o Lucro”, http://www.ver.pt/acege/conteudos/pop_AntonioSampaoMello_090108.html, acedido em Jun2009.

SANTOS, M. (2008). “ABC do Voluntariado”, RSE_Portugal, com ACEP, AIP-CE e SOCIUS, Iniciativa Comunitária Equal.

SILVA, J. (2002), “Viver o Evangelho servindo a pessoa e a sociedade”, Gráfica de Coimbra.

Anexo

Principais documentos ligados à Doutrina Social da Igreja

Ano	Tipo/ nome documento	Pontificado	Temas
1891	Enc. <i>Rerum Novarum</i>	Leão XIII	Situação dos operários
1931	Enc. <i>Quadragesimo Anno</i>	Pio XI	Organização Social
1939	Enc. <i>Summi Pontificatus</i>	Pio XII	Justiça, licitude, solidariedade
1961	Enc. <i>Mater et Magistra</i>	João XXIII	Questão Social; Subsidiariedade; Exigências do bem comum; Ver- julgar- agir.
1965	Constituição Conciliar <i>Gaudium et Spes</i> .		Diálogo com o mundo
1967	Enc. <i>Populorum Progressio</i>	Paulo VI	Desenvolvimento humano integral ⁷
1971	Carta Ap. <i>Octagesimo anno</i>	Paulo VI	Compromisso político
1981	Enc. <i>Laborem Exercens</i>	João Paulo II	Primado da pessoa sobre o trabalho; Trabalho – realização da pessoa; Direito ao emprego; salário.
1987	Enc. <i>Sollicitudo res socialis</i>	João Paulo II	Actualização da <i>Populorum progressio</i>
1991	Enc. <i>Centesimus Annus</i>	João Paulo II	Horários laborais ‘humanos’; Deus, origem de todos os bens; Sociedade de empresa livre; Lucro; Investimento; Consumismo; Mercado; Abdicar de privilégios;
2009	Enc. <i>Caritas in veritate</i>	Bento XVI	Actualização da <i>Populorum progressio</i> , <i>trabalho decente</i> ; <i>Autoridade política mundial</i>

Elaboração própria, adaptado de Silva (2002)

⁷ “Outros dois documentos de Paulo VI, embora não estritamente ligados com a doutrina social – a encíclica *Humanae vitae*, de 25Jul1968, e a exortação apostólica *Evangelium muntiandi*, de 8Dez1975 – são muito importantes para delinear o «sentido plenamente humano do desenvolvimento proposto pela Igreja». Por isso é oportuno ler também estes textos em relação com a *Populorum progressio*”. (2009, “*Caritas in veritate*”, Bento XVI (§18)